



Assembleia Municipal de Setúbal

Moção

Defender o SNS, repudiar o encerramento da maternidade do Hospital de São Bernardo

No seguimento da implementação do plano “Nascer em Segurança no SNS” (plano sazonal verão 2023), anunciado pela Direção Executiva do Serviço Nacional de Saúde (DE-SNS), o Governo mantém e aprofunda os nocivos esquemas rotativos de encerramento dos blocos de parto e serviços de urgência de ginecologia e obstetrícia durante os meses de verão.

No quadro de 11 maternidades abrangidas em todo o país, 9 destas passam a funcionar altamente condicionadas por dias de encerramento agendados, incluindo o Centro Hospitalar Barreiro-Montijo, o Hospital Garcia da Horta e o Hospital de São Bernardo que prestam os serviços de saúde à região e que passam a fechar alternadamente. Os serviços de urgências de obstetrícia/ginecologia e blocos de parto do Hospital de São Bernardo estarão, até ao final de Setembro, encerrados das 8h00 de quinta-feira às 8h00 segunda-feira em semanas alternadas.

As populações olham com profunda preocupação este agravamento do cenário de consecutivos encerramentos de maternidades e serviços de ginecologia que desvaloriza o SNS e coloca risco eminente a saúde e bem-estar da população e, em particular, das mulheres. A presente conjuntura coloca em causa os direitos das mulheres, das famílias e o progresso social, limitando dramaticamente o acesso à saúde e bem-estar de todos em condições de igualdade, já que cria uma distância colossal entre os cuidados de saúde e a população e empurra as utentes para os serviços privados, elitizando profundamente o acesso aos cuidados de saúde. Obriga-se ao deslocamento das mulheres grávidas para hospitais a uma distância considerável e muitas vezes impeditiva de deslocações em segurança, colocando em risco as mães, as crianças e, em particular, as grávidas em situação de emergência.



Lembramos que o encerramento da maternidade do São Bernardo tem implicações não somente no acesso da população a cuidados de saúde constitucionalmente garantidos, mas igualmente nas condições de trabalho dos profissionais de saúde e no potencial encerramento de outros serviços que se encontram directamente interligados, como é o caso dos serviços de neonatologia.

Agravam-se os constantes e pesados constrangimentos aos serviços - os já visados e outros, como as urgências pediátricas -, que existem hoje sem capacidade de resposta, decorrentes de uma política governamental de subfinanciamento do SNS e de crónica ausência de contratações e captação e fixação dos profissionais de saúde no SNS. Em sua vez, vem-se infelizmente optando pelo recurso a tarefeiros, através da subcontratação de empresas, para suprir a falta de profissionais.

Ainda no âmbito do plano “Nascer em segurança no SNS”, e neste contexto de crítico subfinanciamento do SNS, é assumido o paradoxal compromisso de financiamento dos hospitais privados com dinheiros públicos, continuando a opção governamental de desmantelamento do SNS e transferência dos recursos públicos para o sector privado. Neste sentido, o plano da DE-SNS contempla o envolvimento de três unidades privadas, incumbindo-se o INEM da orientação efectiva de grávidas em trabalho de parto para os privados.

Importa alertar para a incomportável ausência de adequado acompanhamento da gravidez, de acesso pleno aos serviços de ginecologia e obstetrícia, assim como aos serviços de pediatria, particularmente os seus serviços de urgência, da qualidade e disponibilidade dos blocos de parto, como resultado.

A região de Setúbal vê-se, pois, confrontada com a necessidade de respostas urgentes que a Assembleia Municipal deve sublinhar, urgindo a adopção, por parte do poder central, de medidas estruturais que ponham fim à deficiente assistência prestada, lembrando que os problemas nos cuidados de saúde não são conjunturais ou circunstanciais, mas estruturais, agravando-se de dia para dia.

Defendemos, pois, o SNS como o verdadeiro garante do acesso à saúde por todos, independentemente das suas condições socioeconómicas. É na sua valorização e no seu





Assembleia Municipal de Setúbal

reforço com profissionais e meios que se garante o funcionamento destes serviços e a necessária melhoria de condições na prestação dos cuidados e das condições de trabalho dos seus profissionais - circunstâncias inseparáveis uma da outra.

Assim, a Assembleia Municipal de Setúbal delibera:

- a) Repudiar o encerramento rotativo dos serviços de urgências de obstetrícia/ginecologia e blocos de parto do Hospital de São Bernardo;
- b) Reclamar do Governo o não encerramento rotativo ou, eventualmente, permanente destes serviços, exortando a Comissão de Resposta em Urgência de Ginecologia, Obstetrícia e Bloco de Partos e o Ministério da Saúde a evitar o efectivo desmantelamento deste serviço;
- c) Exortar o Governo a proceder à abertura dos concursos para novas contratações dos profissionais de saúde de que carece o Hospital São Bernardo e a adoptar medidas que visem a dignificação e valorização salarial dos seus profissionais, das suas carreiras e das suas condições de trabalho, fixando os profissionais da saúde na região;
- d) Exortar o Governo a dotar estes serviços de meios materiais, técnicos e humanos que garantam o seu funcionamento e qualidade de prestação de cuidados.

Assembleia Municipal de Setúbal, 30 de Junho de 2023

Os eleitos da CDU,

João Tomé

